



PROCEDIMENTO:

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO DA EMPREITADADE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO, PARA A REABILITAÇÃO DE MOINHOS, INSTALAÇÃO DE VEDAÇÕES, CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTOS DE ÁGUA E CHARCAS, E INSTALAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE REDE VIÁRIA FLORESTAL, NO ÂMBITO DA EXECUÇÃO DA CANDIDATURA DECORRENTE DO AVISO PRR Nº 03/C08-I01.01/2022, APROVADA PELO FUNDO AMBIENTAL, DESTINADA ÀS AÇÕES PREVISTAS NA OPERAÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO DE PAISAGEM (OIGP) DE VOUZELA

alínea c) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP)

II – CADERNO DE ENCARGOS



ÍNDICE

CADERNO DE ENCARGOS

1. Objeto do procedimento
2. Do contrato
3. Obrigações principais do prestador de serviços
4. Local de prestação do serviço
5. Prazo da prestação do serviço
6. Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato
7. Transferência da propriedade
8. Conformidade e garantia técnica
9. Objeto do dever de sigilo
10. Prazo do dever de sigilo
11. Preço contratual
12. Condições de pagamento
13. Gestor do contrato
14. Força maior
15. Resolução por parte do contraente público
16. Resolução por parte do adjudicatário
17. Seguros
18. Foro competente
19. Subcontratação e cessão da posição contratual
20. Comunicações e notificações
21. Contagem dos prazos
22. Legislação aplicável

CADERNO DE ENCARGOS

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO, PARA A REABILITAÇÃO DE MOINHOS, INSTALAÇÃO DE VEDAÇÕES, CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTOS DE ÁGUA E CHARCAS, E INSTALAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE REDE VIÁRIA FLORESTAL, NO ÂMBITO DA EXECUÇÃO DA CANDIDATURA DECORRENTE DO AVISO PRR Nº 03/C08-I01.01/2022, APROVADA PELO FUNDO AMBIENTAL, DESTINADA ÀS AÇÕES PREVISTAS NA OPERAÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO DE PAISAGEM (OIGP) DE VOUZELA

1. OBJETO DO PROCEDIMENTO

1.1 O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO, PARA A REABILITAÇÃO DE MOINHOS, INSTALAÇÃO DE VEDAÇÕES, CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTOS DE ÁGUA E CHARCAS, E INSTALAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE REDE VIÁRIA FLORESTAL, NO ÂMBITO DA EXECUÇÃO DA CANDIDATURA DECORRENTE DO AVISO PRR Nº 03/C08-I01.01/2022, APROVADA PELO FUNDO AMBIENTAL, DESTINADA ÀS AÇÕES PREVISTAS NA OPERAÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO DE PAISAGEM (OIGP) DE VOUZELA.**

1.2 O contrato a celebrar é classificado sob o CPV N.º 79220000-2 - SERVIÇOS FISCAIS.

2. DO CONTRATO

2.1. A execução do Contrato obedece:

- a) Às cláusulas do Contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
- b) Ao Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual dada pelo DL n.º 54/2023, de 14/07., (adiante designado apenas por CCP).

2.2. Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no Contrato:

- a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código.
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos.
- c) O caderno de encargos.
- d) A proposta adjudicada.
- e) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.

2.3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

3. OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO

3.1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) Pretende-se que os trabalhos decorrentes da Empreitada de Conceção-Construção sejam bem executados, com qualidade e solidez, de acordo com o definido no Projeto de Execução que vier a ser aprovado, com os custos e os prazos devidamente controlados, e em segurança. Os serviços de

Fiscalização aqui contratados destinam-se a ser iniciados apenas após a aprovação pelo Dono de Obra do PSS, ou seja, iniciam-se apenas com o início da contagem do prazo de execução da obra. Assim, é fundamental a constituição de um sistema de Fiscalização e Coordenação da Higiene, Saúde e Segurança relativamente à execução da obra, exercendo-se esta no âmbito da legislação em vigor, nomeadamente o definido na Lei n.º 31/2009, de 03 de julho, com a redação em vigor – Qualificação profissional dos responsáveis por projetos e pela fiscalização e direção de obra, no Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro – Condições de segurança e de saúde no trabalho em estaleiros temporários ou móveis, e no Código dos Contratos Públicos, para além da restante legislação complementar e do estabelecido no Caderno de Encargos e no Contrato, apoiando o Dono de Obra nas decisões a tomar.

- b) Prestar a assistência técnica necessária durante as fases de revisão de projeto e durante a fase de obra;
- c) A equipa técnica a mobilizar pelo adjudicatário deverá conter, no mínimo:

Designação/Função	Quantidade	Afetação Mensal
Eng.º Coordenador	1	25%
Técnico Fiscal	1	100%
Coordenador de Segurança	1	20%

- d) Caso seja necessário, deverá o adjudicatário dispor de apoio de topografia para análise de situações /dúvidas que surjam no decurso da obra.
- e) A mobilização da equipa técnica poderá variar pontualmente, em função das necessidades do decurso da obra, no período que antecede o início dos trabalhos da empreitada (em que não se prevê necessidade de mobilização do Fiscal) e na fase de receção provisória / fecho de contas da empreitada.
- f) As ações a desenvolver pelo adjudicatário, no domínio da fiscalização da obra são todas as necessárias à completa realização da obra nas melhores condições de qualidade e custo, em segurança, de acordo com as boas regras da construção, por forma a respeitar o projeto, mantendo simultaneamente o Dono de Obra informado do seu desenvolvimento e dos procedimentos efetuados, dando-lhe ainda as bases para tomar as decisões que, como Dono de Obra, tiver de tomar, de forma fundamentada e acertada.
- g) Consideram-se incluídas nos serviços a prestar as seguintes atividades, interligadas e fundamentais:
- Criação e gestão de um fluxo de informação e comunicação organizado, completo e eficaz, que forneça ao Dono de Obra o conhecimento do desenvolvimento desta e sua evolução e seja um registo desse desenvolvimento, em todas as áreas.
 - Emitir Instruções, Comunicações, Não Conformidades, Notificações, relatórios de Progresso, Aprovações de BAM e demais documentos para o empreiteiro, e dono de obra, considerados necessários à realização da Assessoria, Fiscalização e Coordenação das obras.
 - A verificação da execução dos trabalhos e do cumprimento do contrato por parte da Entidade Executante interveniente.
 - Efetuar o controlo do Plano de Trabalhos da Empreitada.
 - Efetuar o controlo económico e financeiro da empreitada.
 - Analisar, propor e elaborar pareceres claros e inequívocos sobre todas as questões relativas à gestão contratual da empreitada e fornecimentos, nomeadamente as questões relativas a revisões de preços, pedidos de prorrogação de prazo, indemnizações e

penalidades a aplicar ao empreiteiro, análise dos trabalhos adicionais, qualidade e segurança dos trabalhos, entre outras.

- vii. Elaborar a compilação técnica, nomeadamente no que concerne à validação das telas finais e outros documentos apresentados pelo empreiteiro de acordo com os trabalhos executados, bem como garantir a perfeita integração de outros elementos que tenham sido disponibilizados pela Dono de obra, decorrentes de outros contratos para a mesma obra, até a vistoria de receção provisória.
- viii. Apoiar o Dono de Obra noutros trabalhos, tarefas e decisões, relacionadas com a obra, que se verifiquem necessários.

Gestão da Informação:

- h) Coordenar, secretariar e elaborar as atas das reuniões com o Dono de Obra (periodicidade média semanal), autor do projeto e demais entidades intervenientes, quando necessário, que permitam a análise do andamento dos trabalhos da obra e das ações desenvolvidas pelo adjudicatário;
- i) Preparar e acompanhar ou conduzir todas as visitas à obra julgadas convenientes pelo Dono da Obra;
- j) Elaborar mensalmente relatórios pormenorizados, a submeter ao Dono de Obra, contendo todas as análises, registos fotográficos, informações, pareceres, recomendações e propostas decorrentes da sua atuação;
- k) Fornecer toda a informação necessária ao Dono da Obra que lhe permita tomar quaisquer decisões que se venham a mostrar necessárias no decurso da mesma (trabalhos a mais ou a menos, prorrogações de prazo, cálculos de revisão de preços, etc), produzindo, sempre que se verificar uma destas situações, relatórios detalhados e justificativos, analisando e dando o seu parecer relativamente às quantidades, preços, prazos, materiais, procedimentos ou outros, em cada caso propostos pela Entidade Executante, com os correspondentes comprovativos e/ou justificativos;
- l) Manter em obra um Arquivo organizado de toda a documentação produzida, que permita uma consulta rápida e eficaz, o qual, no final da obra, será entregue ao Dono da Obra.

Controlo de Prazos:

- m) Análise e informação do Plano de Trabalho proposto pelo empreiteiro relativo aos trabalhos contratuais e a eventuais adicionais/alterações. Estudo das correções necessárias de modo a respeitar com segurança as datas limite acordadas, com a apresentação dos consequentes planos alternativos ao Dono de Obra;
- n) Identificação e caracterização dos principais desvios verificados, propondo, fundamentalmente, as ações necessárias à sua compensação e ou à sua eliminação futura;
- o) Atualização das estimativas de tempos para os trabalhos ainda por realizar, tendo em conta as estatísticas efetivamente verificadas no decurso dos trabalhos já realizados;
- p) Implementação das medidas aprovadas pelo Dono de Obra com o fim de recuperar eventuais atrasos, de forma a dar cumprimento às datas e prazos estabelecidos.

Controlo de Custos:

- q) Acompanhar e controlar a administração da empreitada verificando todas as medições ou revisões orçamentais, apreciando todas as faturas apresentadas pelo empreiteiro, elaborando a conta corrente da obra e prevendo as futuras necessidades orçamentais do cronograma financeiro;
- r) Ter permanentemente em dia o valor da empreitada, nomeadamente o encargo total, englobando os valores do contrato, de erros e omissões e de trabalhos a mais e a menos, incluindo neste balanço a definição dos custos aprovados, dos estimados e dos custos em discussão ou aferição;

- s) Proceder mensalmente à verificação das medições dos trabalhos executados necessários à elaboração dos autos de medição da obra, e informar sobre reclamações eventualmente apresentadas pelo empreiteiro;
- t) Medir e controlar os trabalhos realizados a mais e a menos e proceder à estimativa dos seus valores orçamentais, utilizando as matrizes de consumos já referidas;
- u) Elaborar as contas correntes da obra, segundo as normas legais em vigor, devendo o respetivo Plano de Contas ser submetido à aprovação do Dono de Obra;
- v) Controlar e apreciar todas as faturas emitidas pelo empreiteiro, devendo propor fundamentadamente ao Dono de Obra a sua aceitação ou rejeição.

Controlo da Qualidade:

- w) Elaborar todas as recomendações julgadas convenientes com o fim de preservar a qualidade da execução;
- x) Participar na realização dos ensaios da obra em colaboração com o empreiteiro, o autor do projeto e outras entidades que se considerem necessárias;
- y) Analisar a qualidade dos materiais, equipamentos e processos utilizados pelo empreiteiro em obra, de acordo com o Caderno de Encargos, implementando as ações necessárias, nomeadamente comentando com parecer e informando sobre a documentação respetiva apresentada pelo empreiteiro e ou demais entidades intervenientes;
- z) Verificar as operações executadas pelo empreiteiro e a qualidade dos equipamentos utilizados;
- aa) Apreciar e informar os planos de mobilização do empreiteiro, no que concerne a mão de obra, equipamento e materiais;
- bb) Apreciar e informar sobre o plano do estaleiro do empreiteiro e das demais instalações provisórias;
- cc) Propor oportunamente todas as iniciativas julgadas úteis para garantir o bom prosseguimento dos trabalhos, tais como a consideração de alternativas técnicas, financeiras, etc.;
- dd) Assegurar e promover as diligências junto de empreiteiro e fornecedores no que diz respeito ao cumprimento das ações de controlo da qualidade, de ambiente, incluindo apoio a certificações ambientais;
- ee) Comunicar ao Dono de Obra qualquer situação anómala verificada.

Controlo da Higiene, Saúde e Segurança:

- ff) Nomear o Coordenador de Segurança em Obra, que será da empresa adjudicatária, a quem incumbe assegurar, em obra, o cumprimento das normas legais e regulamentares em vigor, relativamente a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho;
- gg) Fazer a Entidade Executante e demais intervenientes cumprir o PSS aprovado de forma eficaz;
- hh) Acompanhar e controlar todas as condições durante o desenvolvimento dos trabalhos da obra de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, e demais legislação conexas, propondo atempadamente todas as medidas julgadas pertinentes;
- ii) Realizar as reuniões que se verificarem necessárias com o Técnico Responsável Pela Segurança da Entidade Executante e demais entidades, por forma a garantir as condições de segurança da obra;
- jj) Introduzir no PSS as alterações / procedimentos que se verifiquem necessários com o decorrer dos trabalhos, para garantir a segurança, a saúde e a higiene em obra;
- kk) Realizar mensalmente e, sempre que justificável, relatórios descrevendo as condições de higiene, saúde e segurança e o cumprimento das respetivas regras, por forma a confirmar as reais condições de obra e a manutenção e garantia das condições de segurança;
- ll) Promover a organização e manutenção do arquivo de segurança da obra, o qual será no final da obra entregue ao Dono de Obra.

Apoio Técnico:

- mm)** Apoiar do ponto de vista técnico e administrativo qualquer situação de contencioso ou diferendo existente entre o Dono de Obra e o empreiteiro e/ou demais entidades intervenientes nos trabalhos, relativo ao respetivo projeto ou à obra;
- nn)** Propor, oportunamente, todas as iniciativas julgadas úteis para garantir o bom prosseguimento dos trabalhos, tais como a consideração de soluções alternativas, técnicas ou financeiras, etc.;
- oo)** Proceder, conjuntamente com o representante do Dono da Obra, à Receção Provisória da obra e assinar os correspondentes Autos;
- pp)** Proceder à elaboração da Conta Final da Empreitada.

Prazos dos Serviços a Prestar:

- qq)** A duração prevista para a prestação de serviços é a do prazo de execução da obra, ou seja, 12 meses, acrescida, após a conclusão da empreitada dos trabalhos atinentes à receção provisória e fecho de contas da empreitada, etc.
 - rr)** Até à receção definitiva da obra, o adjudicatário fica obrigado, sempre que for necessário, a prestar todos os esclarecimentos, incluindo a elaboração do auto de receção definitiva da obra, sem quaisquer encargos para o Dono de Obra.
 - ss)** Caso haja atraso no prazo de conclusão da empreitada objeto da presente fiscalização, imputável à empresa prestadora dos serviços de Fiscalização, fica a mesma obrigada à continuação da sua atividade por períodos mensais renováveis até à conclusão e Receção Provisória da empreitada, sem mais encargos para o Dono de Obra.
 - tt)** No caso do atraso de conclusão da empreitada não lhe ser imputável, fica obrigado à continuação da sua atividade por períodos mensais renováveis até à conclusão e receção provisória da empreitada, mediante o pagamento de uma mensalidade correspondente à aplicação de percentagem idêntica à que corresponde ao valor dos honorários propostos pelo adjudicatário para a tarefa inicial, não podendo em caso algum exceder o valor da mensalidade correspondente ao contrato inicial.
 - uu)** No caso de paralisação da empreitada por motivo de força maior, nos termos legais, reconhecido pelo Dono de Obra, será suspensa a atividade da empresa prestadora dos Serviços de Fiscalização, assim como o pagamento das prestações mensais até ao reinício dos trabalhos, sem direito a qualquer indemnização.
- 3.3.** A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

4. LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

A prestação do serviço será prestado remotamente e, sempre que necessário, de modo presencial a partir das instalações da sede da Entidade Adjudicante.

5. PRAZO DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

O contrato inicia-se em 2024, após a aprovação do PSS – Plano de Segurança e Saúde pelo Dono de Obra, com a comunicação da entidade adjudicante e vigorará durante todo o prazo de execução da obra, ou seja, 12 meses, acrescido, após a conclusão da empreitada, dos trabalhos atinentes à receção provisória, fecho de contas da empreitada e os demais com estes correlacionados.

6. RECEPÇÃO DOS ELEMENTOS A PRODUZIR AO ABRIGO DO CONTRATO

- 6.1.** Após a entrega dos elementos referentes a cada fase de execução do contrato, a Entidade Adjudicante, procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
- 6.2.** Na análise a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deverá prestar à Entidade Adjudicante, toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
- 6.3.** No caso de a análise a que se refere o n.º **6.1.** não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante, deve disso informar, por escrito, o prestador de serviços.
- 6.4.** No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Entidade Adjudicante, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
- 6.5.** Após a realização das alterações e complementos necessários pelo prestador de serviços, no prazo respetivo, a Entidade Adjudicante, procede a nova análise, nos termos do disposto no n.º **6.1.**

7. TRANSFERÊNCIA DA PROPRIEDADE

- 7.1.** Com a conclusão das atividades e da presente aquisição de serviços, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para a Entidade Adjudicante, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.
- 7.2.** Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos.

8. CONFORMIDADE E GARANTIA TÉCNICA

O prestador de serviços fica sujeito, no que se refere aos elementos entregues à Entidade Adjudicante, em execução do contrato, às exigências legais e outras obrigações aplicáveis aos contratos de prestação de serviços, nos termos do CCP e demais legislação aplicável.

9. OBJETO DO DEVER DE SIGILO

- 9.1.** O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, relativa à Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 9.2.** A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 9.3.** Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

10. PRAZO DO DEVER DE SIGILO

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

11. PREÇO CONTRATUAL

- 11.1.** Pela aquisição dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, o qual não pode ser superior ao preço base fixado em **74.500,00 €**, acrescido do IVA, nos termos do artigo 20º n.º 1 al. c).
- 11.2.** O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
- 11.3.** Os pagamentos serão efetuados de acordo com a seguinte distribuição:
- a) 20% com a apresentação e aprovação do plano de trabalhos;
 - b) 80% mensalmente, até ao termo da prestação de serviços;
- 11.3.** Nos termos do artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos, foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, de modo a obter informações relevantes para estabelecer, entre outras, o preço base.

12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 12.1.** As quantias devidas pela Entidade Adjudicante devem ser pagas no prazo máximo de 30 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- 12.2.** Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 12.3.** O preço referido no n.º 11.1. inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público (incluindo as despesas de alojamento, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais).

13. GESTOR DO CONTRATO

A Entidade Adjudicante designará um Gestor do Contrato, nos termos previstos no art.º 290.º-A do CCP.

14. FORÇA MAIOR

- 14.1.** Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso

de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

14.2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

14.3. Não constituem força maior, designadamente:

- a)* Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b)* Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c)* Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d)* Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e)* Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f)* Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g)* Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

14.4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

14.5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

15. RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO

15.1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

15.2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.

16. RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO

16.1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 dias ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

16.2. O direito de resolução é exercido nos termos previstos no n.º 18.

16.3. Nos casos previstos no n.º 16.1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Entidade Adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.



16.4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

17.SEGUROS

É da responsabilidade do prestador de serviços, a obtenção dos seguros necessário ao desenvolvimento da sua atividade e trabalhos a desenvolver no âmbito do presente procedimento.

18.FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

19.SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

20.COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

20.1 Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma.

20.2 Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

21. CONTAGEM DOS PRAZOS

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

22. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.